



Relatório
e Conta de Gerência
2005

III
Relatório
de Execução
Financeira

III – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

1. Relatório de Execução Financeira

O ano de 2005, representa o último ano do mandato que se iniciou em 2002. Por esta razão sempre que possível, tentar-se-á, para além da análise anual, fazer uma abordagem à actividade do mandato 2002-2005, com referência às evoluções registadas nesse período.

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Envolvente Externa

O período de 2002 a 2005 caracterizou-se por uma crescente desaceleração no ritmo de crescimento da economia portuguesa, num processo que tendo atingido o seu auge em 2005, se iniciou em meados de 2002.

Ao longo deste período, a política de fraco Investimento Público e de contenção orçamental, aliada à retracção da actividade económica, pública e privada, foram uma constante. O PIB apresentou níveis entre - 1,2% em 2003, e 0,5% em 2005 (valores ainda provisórios)¹, enquanto que a taxa de inflação que em 2002 se situava nos 3,6% veio a situar-se nos 2,3% em 2005.

Considerando em paralelo o aumento da carga fiscal, (o IVA registou neste período 2 aumentos no valor de 4 pontos percentuais), assistiu-se inevitavelmente a uma atrofia na actividade económica e no consumo público e privado, o que se reflectiu negativamente na evolução generalizada das receitas, designadamente do Urbanismo, uma vez que estas apresentam uma correlação elevada com a actividade empresarial, designadamente Construção civil.

Também as receitas provenientes da Derrama (relacionadas com o IRC) e do IMT sofreram com este cenário, pois também aqui existe uma correlação elevada com o índice de actividade económica.

Envolvente Interna

A estabilidade no corpo Executivo, a manutenção de uma política de rigor orçamental e a tentativa continuada de contenção de gastos correntes que caracterizaram este período, contribuíram para manter uma confortável situação financeira e compensar a dinâmica negativa da economia nacional, tendo permitido algum efeito de alavanca na actividade do Concelho, através de algumas obras em curso, donde se destacam o Teatro Municipal, o Estádio/Parque da Paz e o Metro Sul do Tejo.

1.2. Análise orçamental global

No período de 2002 a 2005, a evolução dos grandes agregados da Autarquia está patente no quadro abaixo.

¹ - In “Estudos Económicos e Financeiros”, Análise Mensal, Cadernos PPI de Janeiro 2006.

Un. Mon: mil euros

| Principais indicadores económicos | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|--------|--------|--------|--------|
| Total Recebimentos | 78.861 | 87.868 | 71.851 | 82.907 |
| Total Pagamentos | 76.312 | 83.611 | 72.006 | 81.899 |
| Saldo do exercício | 2.549 | 4.256 | -155 | 1.008 |
| Saldo de Gerência (valores acumulados) | 37.405 | 34.856 | 30.600 | 30.755 |
| Compromissos transitados | 6.872 | 5.760 | 14.975 | 10.698 |
| Saldo de Correntes | 11.048 | 16.542 | 10.837 | 10.818 |
| Autonomia Financeira: [1- (FEF/Total da Receita)] | 81% | 83% | 88% | 93% |
| Ind. Desenvolvimento do Município (Invest. + Transf. P/ Freguesias/Total da Despesa) | 32% | 42% | 40% | 44% |
| Ind. Desenvolvimento do Município per capita: (euros) (Desp. Inv. + Transf. Capital/População Residente) | 152 | 157 | 161 | 162 |

Constata-se uma evolução constante dos saldos de Gerência, que cobrem na íntegra os Compromissos Transitados e os Encargos Assumidos para anos futuros.

Não obstante as alterações que têm sido efectuadas na classificação de várias despesas, designadamente no que respeitam às obras por administração directa, que transitaram do Plano Plurianual de Investimentos para Correntes por questões de rigor técnico e contabilístico, ainda assim o equilíbrio orçamental (saldo de correntes) se encontra garantido, libertando sempre valores para cobertura de Investimento.

Consequentemente o índice de autonomia financeira continuou a situar-se na casa dos 80%, muito embora tenha vindo a decrescer ligeiramente.

No global do Município (consolidado Câmara Municipal de Almada e Serviços Municipalizados), em 2005 geraram-se 101.990 mil Euros de Receitas e 100.088 mil Euros de pagamentos, libertando-se assim um fluxo de caixa do exercício de 1.902 mil Euros.

RECEITAS

Receitas Correntes

A percentagem de realização da Receita Corrente foi neste ano de 2005, de 99%, o que denota uma cada vez maior eficiência em termos de planeamento orçamental. Em valores absolutos isto significou uma arrecadação de praticamente 60 milhões de Euros.

A taxa de crescimento registada no período de 2002 a 2005 foi de 8%, contudo no último ano registou-se um decréscimo de 4% relativamente ao ano anterior.

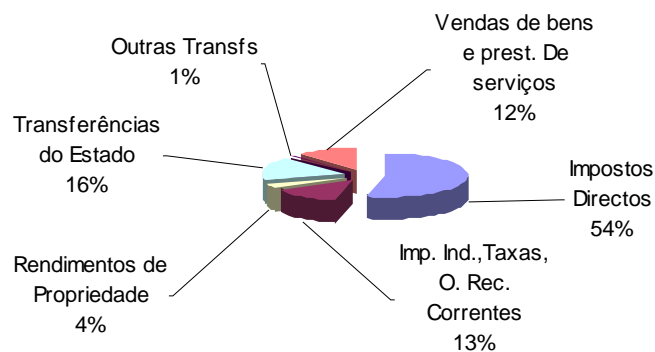
Un.Monetária: Euros

| Evolução da Receita Corrente | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Impostos directos | 32.160.046,28 | 32.890.165,75 | 27.034.900,86 | 27.090.515,02 |
| Imp. Indirectos+taxas+O receitas correntes | 8.058.580,53 | 7.663.257,73 | 8.649.125,05 | 12.528.143,55 |
| Rendimentos de Propriedades | 2.312.473,27 | 4.147.560,68 | 1.400.790,24 | 2.131.835,92 |
| Transferências do estado | 9.648.547,54 | 9.434.073,05 | 9.144.429,72 | 8.638.286,00 |
| Transferências- Outras | 861.872,51 | 405.536,54 | 126.797,90 | 871.560,26 |
| Vendas de bens e prest. De serviços | 6.938.343,63 | 7.870.066,52 | 6.920.263,01 | 4.169.473,65 |
| Total das Receitas Correntes | 59.979.863,76 | 62.410.660,27 | 53.276.306,78 | 55.429.814,40 |

Para estes valores contribuíram essencialmente os Impostos Directos, continuando uma linha de tendência que já é histórica e que continuou em crescendo neste período: em 2002 os Impostos Directos representavam 49% do total das Receitas Correntes e em 2005 representaram 54%.

Assim, podemos pois dizer que a estrutura das Receitas Correntes não só se manteve como se acentuou com uma tendência crescente para os Impostos Directos aumentarem de importância, mais que compensando as quebras nos Impostos Indirectos e Taxas.

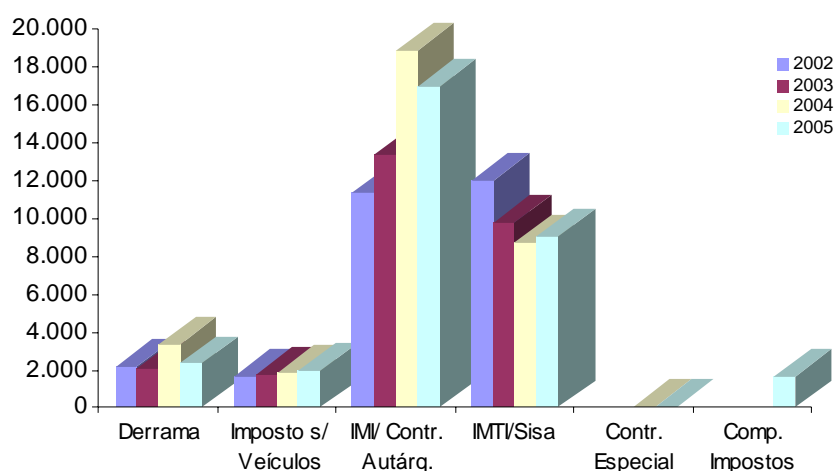
ESTRUTURA DA RECEITA CORRENTE



Contudo, a Receita Corrente que ao longo do período registou um crescimento de 8%, no último ano apresentou uma quebra de 4% face ao ano anterior. Tal derivou essencialmente do comportamento dos Impostos Directos que embora apresentando no período um reforço da sua importância no total das Receitas Correntes, registaram neste último ano, um decréscimo de 2%.

Este decréscimo derivou essencialmente do mau comportamento de Derrama que registou uma arrecadação inferior em 30% relativamente a 2004 e ao IMI que também registou uma quebra de 10%, não tendo sido compensados pelo aumento do Imposto sobre Veículos e IMT. Em nosso entendimento estas evoluções resultaram do enquadramento macroeconómico já referido, que tem penalizado a actividade dos diversos agentes económicos e que se fez sentir sobretudo no ano de 2005.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRECTOS



Também a rubrica Rendimentos de propriedade registou decréscimo face ao ano anterior, por em 2004 se ter arrecadado a maior tranche da receita proveniente da concessão do posto de abastecimento na Alternativa à EN-10.

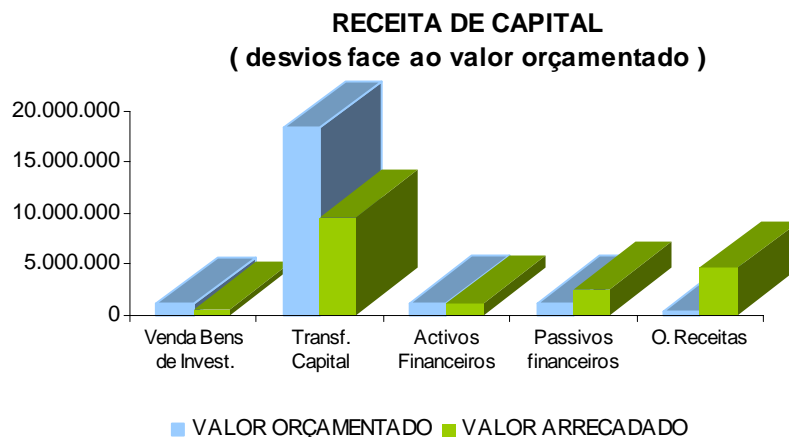
Receitas de Capital

A execução orçamental destas receitas foi de 83%, não se tendo atingido o valor orçamentado porque à data da elaboração do Orçamento para 2005 era suposto que:

- O Ministério de Educação comparticipasse as verbas relativas ao Protocolo dos Pavilhões, da Escola Anselmo de Andrade e Sobreda; tal não aconteceu tendo sido feito um pedido de reembolso correspondente à facturação já paga da obra, mas que ainda não foi satisfeito;
- O Ministério da Cultura liquidasse o valor de 997 mil Euros relativo ao Teatro Municipal, conforme o Protocolo, e tal não aconteceu no decurso do ano;
- O Ministério do Ambiente liquidasse a sua dívida no âmbito de comparticipação dos 132 Fogos no valor de 628.490 €, de acordo com Protocolo assinado e tal não aconteceu no decurso de 2005;
- No âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio se recebesse 4.655.322 €, resultantes das comparticipações no Mercado da Cova da Piedade, Via Alternativa ao Monte de Caparica e Almada Digital e por atrasos na facturação desta última, o valor arrecadado nesta rubrica foi de 2.718.468 €.
- O Instituto Nacional da Habitação libertasse a comparticipação a fundo perdido relativa aos 188 Fogos, mas tal acabou por acontecer ainda no final de 2004.

Relativamente aos Passivos financeiros, o valor arrecadado em 2005 é superior ao previsto, uma vez que a tranche relativa ao empréstimo dos ex-113 Fogos, que era previsto ter sido arrecadada no final de 2004, acabou por ser arrecadada em 2005.

O valor em Outras Receitas de Capital tem a ver com os valores transferidos pelos Serviços Municipalizados, relativamente à regularização de Património, designadamente Bairro do Matadouro, Quinta do Texugo e Pragal.



DESPESA

Despesas Correntes

O grau de execução de Despesas Correntes foi de 90%, o que traduz um volume de pagamentos da ordem dos 49 milhões de Euros, representando um acréscimo de 6,6% relativamente ao ano anterior. Em termos de compromissos assumidos a realização orçamental atingiu os 92%, tendo transitado 1.195 mil Euros de compromissos sem facturação.

De realçar que ao longo do mandato, as Despesas Correntes registaram um crescimento de 9,7% o que, considerando a taxa de inflação para o período, traduz um acréscimo real de 2%. Também este crescimento comporta alterações de classificação de Despesas que anteriormente eram consideradas Investimento (designadamente as despesas com obras por administração directa) e que por questões de rigor técnico e contabilístico passaram a onerar as Despesas Correntes.

Un.Monetária: Euros

| Evolução da despesa Corrente | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 |
|------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Pessoal | 24,508,641.82 | 23,564,305.77 | 23,364,407.08 | 23,199,455.44 |
| Aquisição de Bens/Serviços | 18,646,866.90 | 16,099,415.94 | 13,835,378.00 | 16,045,185.78 |
| Transferências | 4,289,849.36 | 4,100,663.21 | 3,727,880.01 | 4,309,950.97 |
| Subsidios | 457,264.09 | 496,758.01 | 425,846.37 | 0.00 |
| Juros e outros Encargos | 710,603.11 | 638,611.29 | 669,657.66 | 665,286.02 |
| Outras Despesas Correntes | 318,193.51 | 968,904.90 | 415,877.48 | 391,448.15 |
| TOTAL | 48,931,418.79 | 45,868,659.12 | 42,439,046.60 | 44,611,326.36 |

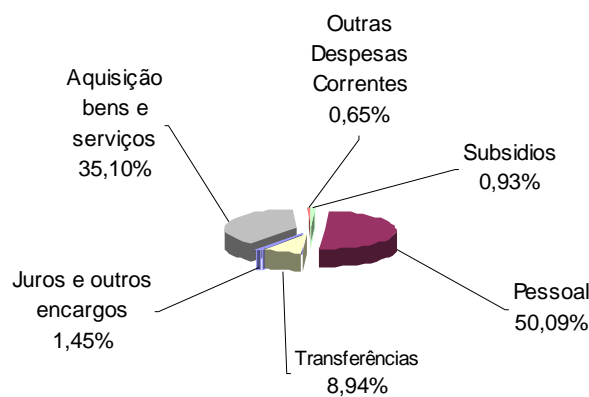
As rubricas de Despesas com Pessoal continuaram a deter o maior peso no global das Despesas Correntes (50%), logo seguida das Aquisições de Bens e Serviços (35%), como se visualiza no gráfico abaixo. Esse peso tem-se mantido ao longo dos 4 anos, isto é, a estrutura manteve-se mais ou menos inalterada.

Durante o mandato, os custos com Pessoal registaram um crescimento de 5,6%. Se levarmos em linha de conta a inflação do período, estamos perante um decréscimo de mais de 2,5%.

Relativamente a 2004 o acréscimo verificado nos custos com Pessoal foi de 4% que resulta da conjugação do aumento da tabela salarial (2%), com as alterações à macroestrutura que nalguns casos já se fizeram sentir, uma vez que o volume de efectivos se manteve.

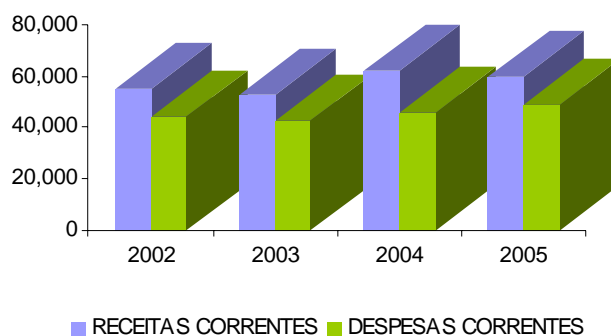
Foi na rubrica Aquisição de Bens e Serviços que se registou o maior acréscimo face a 2004. O aumento de 4 pontos percentuais no IVA teve aqui o seu impacto assim como a entrada em funcionamento de novos equipamentos.

ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES



Mais uma vez o grau de cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes foi de 22,6% tendo libertado 11 milhões de Euros de poupança corrente para cobertura de Investimento. Esta tem sido uma tónica ao longo do mandato, como se visualiza abaixo.

GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS CORRENTES PELAS RECEITAS CORRENTES



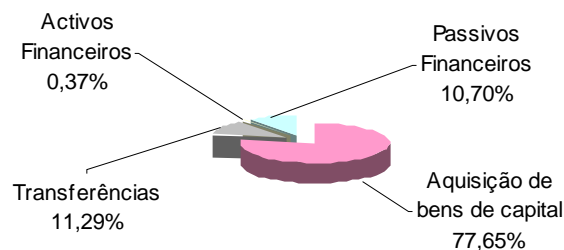
Despesas de Capital

O grau de execução financeira das Despesas de Capital, foi de 72% tendo-se efectuado pagamentos na ordem dos 27,5 milhões de Euros.

De referir que em termos de compromissos assumidos a realização orçamental se situou nos 87%, o que representou 33 milhões de Euros de compromissos, dos quais 5.676 mil Euros transitaram sem facturação.

O Investimento directo, como se demonstra abaixo, continua a ocupar o maior peso nas despesas de capital (cerca de 78%). Se considerarmos ainda as Transferências (que podemos considerar Investimento Indirecto) ascende a 89%.

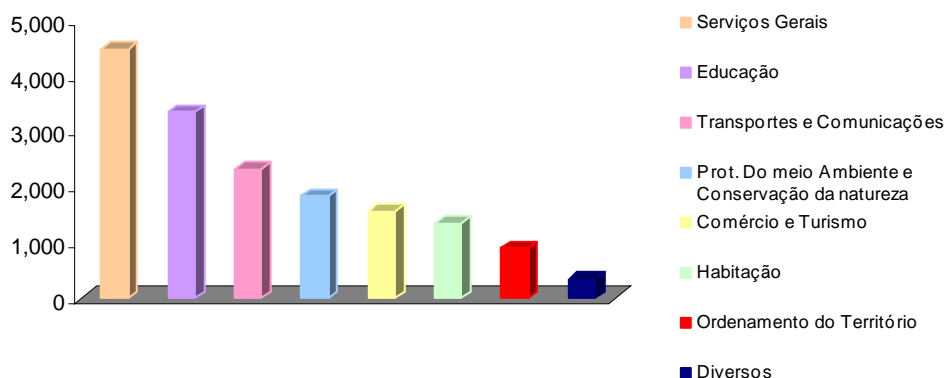
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL



Para além do Investimento em Manutenção podemos destacar com maior volume de pagamentos as obras relativas a Almada Cidade Digital, Pavilhões da Escola Anselmo de Andrade e Sobreda, ex-200 Fogos Chegadinho, Teatro Municipal, Estádio Parque da Paz, Mercado do Laranjeiro e Metro Sul do Tejo.

Assim, por objectivos o Investimento foi essencialmente direccionado para Cultura/Educação e Serviços Gerais.

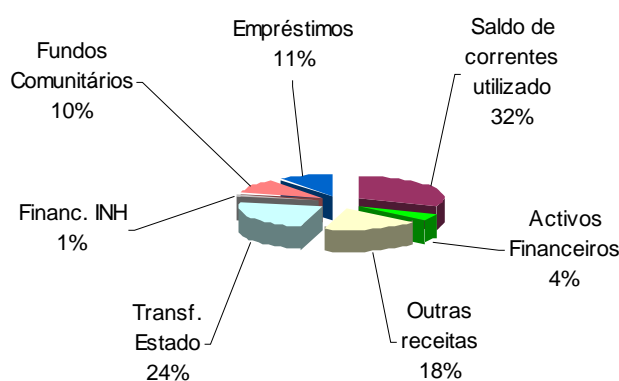
DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO POR OBJECTIVOS (mil euros)



O financiamento do Investimento foi assegurado da seguinte forma:

| | |
|---|------------|
| - Transferências Directas Estado (FGM-Capital) | 6.495 m. € |
| - Empréstimos Instituto Nacional da Habitação | 2.929 m. € |
| - Fundos Comunitários | 2.818 m. € |
| - Comparticipação Instituto Nacional da Habitação | 287 m. € |
| - Autofinanciamento | |
| - Outras Receitas Capital | 5.040 m. € |
| - Act. Financeiras | 1.114 m. € |
| - Saldo Correntes | 8.697 m. € |

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO



1.3. Endividamento

O valor do Endividamento do Município, por conta de Empréstimos e Locação Financeira, situa-se nos 43.013.413,69 euros, o que representa um ligeiro decréscimo face a 2004.

Ainda assim a capacidade de endividamento afectada, calculada nos termos oficiais de acordo com os novos limites e tendo por base o Investimento do ano anterior, é de 36%, e a capacidade de endividamento disponível é de 64%.

1.4. Análise Financeira e Patrimonial

O resultado líquido do exercício ascendeu a 13.387 mil euros. O decréscimo registado relativamente ao ano anterior ficou a dever-se essencialmente ao aumento nos Custos em Fornecimentos e serviços externos e com a diminuição nos Proveitos, designadamente os resultantes de Impostos e taxas.

Em termos de estrutura financeira a análise ao Balanço permite-nos concluir que o Activo fixo continua a representar cerca de 80% do total do Activo o que evidencia uma estrutura financeira sólida com o nosso Património a cobrir grande parte do Passivo.

Por esta razão o rácio de solvabilidade, ou seja a capacidade de o Município solver as suas dívidas no longo prazo, é elevada assim como o grau de autonomia financeira.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com o preconizado no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro, e tendo-se apurado um resultado líquido de € 13.386.519,35, propõe-se que a sua aplicação seja efectuada da seguinte forma:

- Em reservas legais: € 669.325,97, correspondente a 5% do resultado líquido.
- Em reforço do Património (conta 51.2): € 12.717.193,38.

Após o encerramento do exercício a 31 de Dezembro de 2005, a situação económica e financeira do Município não apresenta, até à data, qualquer dado relevante na sua evolução que possa afectar a consolidação dos resultados do presente exercício.